Serão as questões securitárias o tema de união dos países da América Latina nos próximos anos?

¿Serán las cuestiones de seguridad el tema que una a los países de América Latina en los próximos años?

Will security issues be the unifying theme for Latin American countries in the coming years?

Sebastián Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: A América Latina tem passado por uma mudança política significativa a nível nacional e, consequentemente, regional como desdobramento da chegada massiva de governos de direita ao poder. Peru e Colômbia se juntam a outros países que são governados por presidentes de direita conservadora, como Argentina e Paraguai. Além disso, as agendas temáticas das políticas externas também indicam uma nova prioridade para a região, questões securitárias. As tensões entre governos de polos políticos diferentes tem surgido e fortalecido as divergências entre antigos parceiros, como é o caso de Brasil e Argentino. Nesse sentido, os arranjos regionais devem passar por mudanças e novos reveses. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre hantavirus, El Niño, no Parlamento Andino; e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participou em eventos de articulação indígenas e enfrentamento do fogo na área amazônica.

Palavras-chave: América Latina; Cooperação Internacional; Saúde.

Resumen: *Latinoamérica ha experimentado un cambio político significativo a nivel nacional y, por consiguiente, regional, como consecuencia de la llegada masiva al poder de gobiernos de derecha. Perú y Colombia se suman a otros países gobernados por presidentes de derecha conservadora, como Argentina y Paraguay. Además, las agendas temáticas de las políticas exteriores también apuntan a una nueva prioridad para la región: las cuestiones de seguridad. Las tensiones entre gobiernos de diferentes polos políticos han surgido y han acentuado las divergencias entre antiguos socios, como es el caso de Brasil y Argentina. En este sentido, los acuerdos regionales deberán afrontar cambios y nuevos reveses. En cuanto a las organizaciones regionales, destacamos que el Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participó en eventos sobre el hantavirus y El Niño en el Parlamento Andino; y que la Organización del Tratado de Cooperación Amazónico (OTCA) participó en eventos de coordinación con los pueblos indígenas y de lucha contra los incendios en la zona amazónica.*

Palabras clave: *América Latina; Cooperación Internacional; Salud.*

Abstract: *Latin America has been undergoing significant political change at the national level—and, consequently, at the regional level—as a result of the massive rise of right-wing governments to power. Peru and Colombia have joined other countries governed by conservative right-wing presidents, such as Argentina and Paraguay. Furthermore, foreign policy agendas also point to a new priority for the region: security issues. Tensions between governments from different political camps have emerged and deepened the rifts between former partners, as is the*

case with Brazil and Argentina. In this regard, regional arrangements are likely to undergo changes and face new setbacks. Regarding regional organizations, we note that the Andean Health Organization—Hipólito Unanue Agreement (ORAS-Conhu) participated in events on hantavirus and El Niño at the Andean Parliament; and the Amazon Cooperation Treaty Organization (OTCA) participated in events focused on indigenous coordination and firefighting in the Amazon region.

Keywords: *Latin America; International Cooperation; Health.*

Resumo da Quinzena

Durante a segunda quinzena de julho de 2026 (16 a 31 de julho), a América Latina foi marcada por uma combinação de mudanças de governo, tensões diplomáticas, realinhamentos geopolíticos e crescente polarização política.

Nesse sentido, podemos identificar quatro tendências principais:

I. Mudanças na liderança política, com a posse de um novo governo no Peru.
II. Aumento da polarização ideológica, refletida no confronto entre governos de diferentes correntes políticas.
III. Deterioração de algumas relações bilaterais importantes, especialmente entre Argentina e Brasil, juntamente com uma incipiente reaproximação entre Chile e Venezuela.
IV. Persistência da competição geopolítica hemisférica, com os Estados Unidos aumentando a pressão sobre Nicarágua, Cuba e outros governos considerados autoritários, o que continua a moldar a dinâmica diplomática da região.

O início de um novo ciclo político no Peru e na Colômbia pode ter implicações regionais, com maior aproximação entre governos de centro-direita na região e uma tendência à revisão das suas políticas externas; como exemplo, o governo peruano tem repensado sua participação em organismos como a Aliança do Pacífico, a Comunidade Andina e mecanismos sul-americanos, e o da Colômbia, que buscará maior alinhamento com os Estados Unidos.

As questões de segurança, narcotráfico e migração também ganharão maior visibilidade e espaço de coordenação entre os governos da região.

Os principais eventos políticos e dinâmicas entre os países estão resumidos abaixo.

A relação entre Argentina e Brasil, antes harmoniosa, passa por momentos de tensão após as declarações do presidente Milei

Desde a criação do MERCOSUL, Argentina e Brasil desfrutam de uma relação virtuosa, atingindo US$ 31,195 bilhões em comércio em 2025, o maior valor em 13 anos[1], que só se tensionava quando se falava de futebol. Este casamento, outrora harmonioso, parece estar mostrando sinais de desgaste em função da ascensão de Milei à presidência da Argentina. Talvez

[1] O recorde anterior era de US$ 39,616 bilhões se registraram em 2011, durante os governos de Cristina Kirchner e do atual presidente brasileiro, Lula da Silva.

tenha atingido o clímax no último fim de semana com suas declarações ofensivas[2] contra o presidente Lula.

A relação conturbada entre Milei e o presidente do Brasil teve origem durante a campanha eleitoral argentina em 2023. Quando Lula se reuniu com Sergio Massa, então candidato à presidência, no Palácio do Planalto. Naquela ocasião, Lula mencionou que Massa não deveria "entregar"[3] a eleição a Milei ". Lula se envolveu na campanha política argentina, mas isso não implicou uma vingança pessoal, nem uma interferência na política argentina nos moldes de Trump. Em vez disso, ele apoiou suas preferências políticas com uma estratégia de marketing político astuta, como visto em figuras como Antoni Gutiérrez-Rubí e Edinho Silva.

O presidente argentino busca reivindicar a liderança da extrema-direita na América Latina e acredita que sua atitude desrespeitosa para com Lula e as instituições brasileiras, como fez em São Paulo, possa lhe conferir algum mérito nesse intento. A pretensão é construir uma alternativa semelhante ao Grupo Lima, que agrupe as lideranças de direita latino-americana construindo uma nova "*Onda Azul*".

As declarações inapropriadas de Milei podem ser explicadas tanto pelo ressentimento que ele nutre por Lula durante a campanha quanto pelo desejo de se alinhar politicamente com a Casa Branca. É lamentável ver Milei, que incentiva apoiadores de Bolsonaro através de sua retórica, mas que nada agrega à campanha do político brasileiro de direita.

Por outro lado, para Lula, a posição confrontacionista do presidente argentino soma-se a um cenário em que o Brasil enfrenta tarifas e tentativas de intervenção do governo Trump nas próximas eleições, fortalecendo sua retórica em defesa da soberania nacional.

Com muita sabedoria, o presidente Lula respondeu dizendo que "*era um absurdo*" e evitou aprofundar a discussão e transformá-la em um grande conflito diplomático. "*Você viu a confusão que o presidente da Argentina fez aqui? Eu não disse nada por que minha relação é de chefe de Estado com o Estado. Eu gosto do povo argentino e não vou brigar com esse cara."* ... "*Não adianta ficar com raiva, porque eu não vou ficar com raiva. Se ele fizer uma careta, eu farei uma careta. Se ele demonstrar ódio, eu demonstrarei amor."*

Entretanto, outro fato que destacamos é o **decreto chauvinista contra migrantes[4]** promovido pelo presidente Milei[5]. O Decreto 681/2026 adota uma postura radicalmente restritiva em matéria de imigração e incorpora como motivo de proibição de entrada e expulsão do território

[2] No sábado, 25 de julho de 2026, Javier Milei chamou o presidente brasileiro de "ladrão" e "presidiário", além de ter chamado o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes de "lixo careca" por se recusar a visitar seu "amigo", o ex-presidente Jair Bolsonaro.

[3] https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/08/28/conselho-de-lula-a-candidato-governista-argentino-lute-ate-o-final-contra-milei.ghtml

[4] https://www.resumenlatinoamericano.org/2026/07/31/argentina-el-dnu-de-milei-deja-a-los-migrantes-en-una-situacion-mucho-mas-vulnerable/

[5] A medida é uma resposta à "campanha anti-Argentina", e as autoridades enfatizaram que a defesa do país e de seus símbolos é um princípio "inegociável". O presidente Milei teria declarado: "Quem ataca a República Argentina não é bem-vindo em nosso país". A lei estipula que aqueles que se envolverem em certos comportamentos poderão ser impedidos de entrar no país ou, caso já residam nele, perder a residência e receber ordem de deportação ou serem expulsos diretamente, conforme o caso. Visa também preservar a ordem pública e a harmonia social.

nacional "*qualquer estrangeiro que dirija ou incite mensagens de ódio*" contra o país, um fenômeno que ganhou força sobretudo nas redes sociais pós-globalização.

Esta é uma medida tardia e excessiva, considerando a "*campanha anti-argentina*" que a Argentina sofreu durante a Copa do Mundo, que parece um jogo de espelhos invertidos: supostamente busca defender os argentinos de ataques de ódio, mas o próprio presidente fechou o Instituto Nacional de Combate à Discriminação e à Xenofobia (INADI) logo após assumir o cargo e proferiu inúmeros discursos de ódio, como os dirigidos ao presidente Lula.

O Decreto assinado parece mais uma ferramenta ideológica do governo Milei para aparentar firmeza contra os "*anti-argentinos*" e equivale a um punitivismo simbólico. Esta nova medida é mais uma em uma longa série de decretos que implementam uma mudança geral, aporofóbica e anti-imigração na política de imigração, deixando os migrantes em uma situação muito mais vulnerável do que já estavam.

Na Bolívia, foi expedido um mandado de prisão contra Evo Morales

O Ministério Público da Bolívia emitiu um mandado de prisão contra o ex-presidente Evo Morales, acusado de terrorismo, levante armado e outros crimes no contexto dos bloqueios massivos que paralisaram o país por 53 dias.

Resumindo brevemente a situação na Bolívia, como relatamos nestes Cadernos, o país sofreu protestos e bloqueios em âmbito nacional em meio à sua pior crise econômica dos últimos 40 anos, com grupos exigindo a renúncia do presidente Rodrigo Paz. O governo declarou estado de emergência e mobilizou as forças armadas. O presidente Rodrigo Paz Zamora chegou ao poder após quase 20 anos do Movimento para o Socialismo (MAS), que se dividiu e venceu com o slogan "capitalismo para todos" e a promessa de tirar a Bolívia da crise econômica, com inflação de 20,40% e escassez de combustível e moeda estrangeira. No entanto, as medidas que Rodrigo Paz e seu gabinete começaram a implementar parecem estar cada vez mais distantes das expectativas do setor popular.

Contudo, as medidas implementadas por Rodrigo Paz e seu gabinete parecem ter se desviado cada vez mais das expectativas do setor popular, levando a marchas, protestos e crises governamentais. Essa situação foi explorada pelo partido MAS, alavancando seus laços com comunidades indígenas e camponesas e sindicatos. Não obstante, o MAS está dividido em duas facções: a "*Arcista*" (liderada por Luis Arce) e a "Evista" (liderada por Evo Morales).

O mandado de prisão afirma que Morales está sendo investigado pela suposta prática dos crimes de levante armado contra a segurança e a soberania do Estado, terrorismo, ataque contra a segurança dos meios de transporte, associação criminosa, incitação pública à prática de crimes e ataque contra a segurança dos serviços públicos, previstos e sancionados nos artigos 121, 130, 132, 133, 213 e 214 do Código Penal[6].

[6] https://www.vision360.bo/noticias/2026/07/29/60485-fiscal-general-confirma-que-existen-dos-ordenes-de-aprehension-contra-morales-que-se-encuentran-en-manos-de-la-policia

Alerta de saúde para hantavírus e definição de prioridades estratégica em saúde no Chile

O Ministério da Saúde do Chile decretou a medida[7] em 13 regiões do país em meio a preocupações com a crescente letalidade do vírus e a "ameaça múltipla à saúde" devido à circulação simultânea de outras doenças[8].

O decreto de Alerta Sanitário também abrange doenças transmitidas pelos mosquitos *Aedes aegypti*, *Aedes vexans* e *Anopheles pseudopunctipennis*, como dengue e Zika, que "apresentam alto potencial epidêmico, podendo gerar alta demanda e sobrecarga nos serviços de saúde". A autoridade enfatizou a importância de prevenir a proliferação de mosquitos em águas paradas e monitorar quaisquer casos suspeitos de pessoas que chegam do exterior com alguma dessas doenças, a fim de evitar que esses vetores piquem uma pessoa infectada e disseminem a doença. No caso da gripe aviária, o alerta foi estendido a todo o país, uma vez que, diferentemente dos anos anteriores, a doença tem se concentrado em aves silvestres e domésticas, e não em granjas avícolas, aumentando o risco de exposição para a população

O alerta preventivo foi emitido após a identificação de um aumento nas infecções e na letalidade do hantavírus em comparação com 2015. É descrito como uma "crise de saúde com múltiplas ameaças" devido ao surgimento simultâneo de outros eventos de saúde pública, como o risco de arbovírus (doenças transmitidas por mosquitos, como dengue, zika, chikungunya e febre amarela) e gripe aviária.

Em dezembro de 2025, a OPAS emitiu um alerta epidemiológico[9] sobre o aumento de casos de infecção por hantavírus registrados durante o ano de 2025 em países endêmicos da Região das Américas, particularmente no Cone Sul. Considerando o aumento da letalidade observado em alguns desses países, a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) lembra aos Estados-Membros a necessidade de manter e fortalecer a vigilância epidemiológica dessa doença, assegurar o diagnóstico oportuno e o manejo adequado dos casos, e promover ações intersetoriais voltadas à redução dos riscos ambientais e ocupacionais associados.

Segundo a autoridade sanitária, *"na semana passada houve 46 infecções e 18 mortes, o que representa uma letalidade de 39%",* enquanto em 2025 houve 44 infecções e oito mortes, ou seja, a letalidade foi de 18%. A Subsecretária de Saúde Pública, Alejandra Pizarro, anunciou: "*O hantavírus causa uma doença endêmica no Chile, transmitida pelo rato-pigmeu-do-arroz, que vive em áreas rurais e semirrurais de quase todo o país. Como ministério, estamos monitorando constantemente seu comportamento e estamos muito preocupados e trabalhando porque, neste ano, a letalidade do vírus aumentou e, por esse motivo, decidimos declarar este alerta*."

O decreto de Alerta Sanitário também abrange doenças transmitidas pelos mosquitos Aedes aegypti, Aedes vexans e Anopheles pseudopunctipennis, como dengue e Zika, que "*apresentam alto potencial epidêmico, podendo gerar alta demanda e sobrecarga nos serviços de saúde*".

---

[7].https://www.minsal.cl/ministerio-de-salud-declara-alerta-sanitaria-por-hantavirus-desde-atacama-a-magallanes/

[8] https://elpais.com/chile/2026-07-30/alerta-sanitaria-por-hantavirus-en-chile-que-significa-cuales-son-los-sintomas-y-como-prevenir-la-enfermedad.html#/sign-in?&event_log=oklogin&o=cerreg&prod=REG

[9] https://www.paho.org/es/documentos/alerta-epidemiologica-sindrome-pulmonar-por-hantavirus-region-americas-19-diciembre-2025

Enquanto isso, a Ministra da Saúde do Chile, May Chomali, juntamente com os Subsecretários de Saúde Pública, Alejandra Pizarro, e de Redes de Saúde, Julio Montt, lideraram sua primeira sessão de Prestação de Contas Pública Participativa nesta quarta-feira, 29 de julho. A autoridade sanitária enfatizou que o foco de sua administração será o fortalecimento de um sistema público de saúde preparado para atender às necessidades de saúde da população de forma equitativa e ágil, e a promoção de iniciativas de alto impacto para os cidadãos[10].

Declarou a Ministra Chomali:

> *Definimos uma Agenda Estratégica para o período 2026-2030, que organiza nosso trabalho em seis áreas complementares. Estas incluem o fortalecimento da liderança e governança estratégica; o aumento da capacidade da rede de saúde para resolver problemas; a melhoria da gestão institucional e o uso eficiente de recursos; a aceleração da transformação digital; a busca por maior sustentabilidade financeira; e o desenvolvimento das capacidades de nossas organizações e daqueles que nelas trabalham*.

Foi destacada a ideia de impulsionar a transformação digital com prescrições eletrônicas em todo o país até 2030, juntamente com um Portal do Paciente que inclui registros de vacinação certificados com assinaturas eletrônicas avançadas para que as pessoas possam consultar regularmente suas informações de saúde e acessar um prontuário médico compartilhado que integra as informações de cada paciente, evitando que precisem começar do zero caso recebam atendimento em outra unidade de saúde. Também foi enfatizada a criação do Conselho Nacional de Saúde — um órgão consultivo, técnico e estratégico que reúne representantes dos setores público e privado, sindicatos, academia e sociedade civil — e a compra estratégica e centralizada por meio do Cenabast, visando reduzir o custo de suprimentos de grande volume em 10 a 15%[11].

Na Colômbia, De La Espriella anunciou fechamento de embaixadas e consulados

Na Colômbia, o presidente eleito Abelardo de la Espriella, que ainda não tomou posse, anunciou o fechamento de embaixadas: suspenderá a abertura da Embaixada da Colômbia na Palestina e reabrirá as embaixadas colombianas em Jerusalém e na Nigéria. Ele também anunciou a fusão ou unificação de embaixadas, como a embaixada em Paris e a Missão junto à UNESCO, e a embaixada em Roma e a Missão junto à FAO.

Ele também anunciou o fechamento de 15 consulados e embaixadas em Cuba, Haiti, Nicarágua, República Tcheca, Hungria, Malásia, Romênia, África do Sul, Senegal, Argentina, Azerbaijão, Barbados, Etiópia e Gana. Declarou explicitamente que a Colômbia não manterá relações diplomáticas com Cuba e Nicarágua e adicionou que: “Em meu governo, não haverá nenhum vínculo com o Irã. Com os demais países e organizações, a Colômbia manterá suas relações internacionais e garantirá serviços aos seus cidadãos por meio de esquemas de representação simultânea, como são chamados, em outras embaixadas da região.”

---

10 https://www.minsal.cl/ministra-chomali-en-su-cuenta-publica-queremos-un-sistema-publico-de-salud-que-responda-mejor-a-las-necesidades-de-las-personas/

11 https://www.minsal.cl/ministra-chomali-en-su-cuenta-publica-queremos-un-sistema-publico-de-salud-que-responda-mejor-a-las-necesidades-de-las-personas/

Entretanto, poucos dias antes do fim de seu mandato, o presidente Petro recebeu as credenciais dos embaixadores da Palestina, Venezuela e Turquia em uma cerimônia que ocorreu em meio a uma mudança na política externa do país[12].

O Presidente de Cuba recebe o Primeiro-Ministro de Belize e assinam um memorando de entendimento

O Primeiro Secretário do Partido e Presidente da República de Cuba, Miguel Díaz-Canel Bermúdez, recebeu o Primeiro-Ministro de Belize, John Antonio Briceño, e assinou um memorando de entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Cuba e o Ministério do Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas e Gestão de Riscos de Desastres de Belize, assinado pelos ministros dos dois países, Elba Rosa Pérez Montoya e Eamon Courtenay, respectivamente.

Além disso, um acordo de cooperação foi assinado entre o Ministério da Saúde Pública de Cuba e seu homólogo belizenho pelos respectivos ministros. A cooperação na área da saúde entre Cuba e Belize tem sido um esforço contínuo desde 1990, quando foi estabelecida a colaboração médica. Este projeto reflete o compromisso humanista e solidário da Revolução Cubana com o povo belizenho[13].

Equador, mobilizações, protestos e cooperação em segurança de fronteiras e energia com a Colômbia e o Peru

Em meio a protestos revogatórios[14] e reivindicações de professores por direitos trabalhistas, orçamento para a educação pública e garantias de segurança[15], o presidente do Equador, Noboa, prevê maior cooperação com a Colômbia e o Peru em questões de segurança de fronteiras e energia.

O presidente do Equador, Daniel Noboa, enfatizou que a segurança das fronteiras e a energia são duas questões "*cruciais*" na relação com os novos governos da Colômbia (Abelardo de la Espriella) e do Peru (Keiko Fujimori), e disse que já havia conversado com eles.

Como se pode observar, segurança e fronteiras são duas áreas onde os acordos de cooperação têm sido estabelecidos com maior frequência em nossa região, muitas vezes impulsionados pelas políticas do governo Trump.

---

[12] https://www.eluniversal.com.co/colombia/2026/07/28/a-dias-de-terminar-su-mandato-petro-recibe-credenciales-de-la-embajadora-de-palestina/

[13] Ao longo dos anos, médicos e profissionais de saúde cubanos têm trabalhado incansavelmente para melhorar o bem-estar da população de Belize, reafirmando o princípio de Martí de que "Pátria é Humanidade". A colaboração médica cubana em Belize deixou uma marca profunda no sistema de saúde belizenho e fortaleceu os laços de amizade e cooperação entre os dois países. https://www.researchgate.net/publication/377161962_Cuba_32_anos_de_cooperacion_medica_en_Belice

[14] Como observamos no relatório anterior, representantes da Plataforma Cidadã Revoca EC se reuniram em frente ao Conselho Nacional Eleitoral do Equador exigindo avanços no processo de impeachment do presidente Noboa. https://www.prensa-latina.cu/2026/07/14/planton-en-ecuador-exige-al-cne-avanzar-con-revocatoria-presidential/ .

[15] Centenas de professores equatorianos marcharam em Quito, da Casa del Maestro (Casa dos Professores) até o Tribunal Constitucional, para exigir a proteção de seus direitos trabalhistas, o financiamento da educação pública e garantias de segurança https://www.telesurtv.net/maestros-ecuatorianos-marchan-extension-jornada-laboral/ .

Em relação à segurança, Noboa afirmou que "é necessária uma maior presença militar" ao longo das fronteiras por parte das Forças Armadas do Peru e da Colômbia[16].

Durante a posse da presidente Keiko Fujimori em Lima, o presidente do Equador, Daniel Noboa, reuniu-se com o vice-presidente eleito da Colômbia, José Manuel Restrepo, para discutir a cooperação que ambos os governos esperam ter em questões como segurança e comércio. Nesse sentido, discutiram uma agenda conjunta para abordar desafios comuns, incluindo o combate ao narcotráfico, à mineração ilegal e ao crime organizado, bem como o reforço da segurança na fronteira norte[17].

Além disso, a ascensão de Keiko Fujimori à Presidência do Peru abre um novo capítulo na relação com o Equador, criando oportunidades de cooperação em questões de segurança, comércio e energia. A afinidade política entre a presidente peruana e o presidente equatoriano, Daniel Noboa, pode facilitar o diálogo sobre assuntos estratégicos de interesse mútuo[18].

Na Guatemala, o presidente Arévalo solicita apoio do governo dos EUA para "combater as redes de narcotráfico".

Os Estados Unidos e a Guatemala assinaram um novo acordo de cooperação em segurança em 26 de junho de 2024, estabelecendo um Programa Conjunto de Segurança. O principal objetivo do programa é fortalecer o controle de fronteiras por meio da troca de informações estratégicas. Entre os pontos acordados está o destacamento de agentes da Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA para o Aeroporto Internacional La Aurora (AILA), onde trabalharão em coordenação com a Polícia Nacional Civil da Guatemala. Em fases subsequentes, espera-se que o programa seja estendido a outros pontos estratégicos de fronteira. O memorando também inclui a obrigação de manter estrita confidencialidade em relação às informações compartilhadas e a sua redistribuição interna no Departamento de Segurança Interna[19].

Este acordo está sendo implementado em um momento em que grande parte da classe política da Guatemala enfrenta acusações, investigações e condenações relacionadas ao crime organizado. Embora o governo de Bernardo Arévalo assegure que não haverá tropas americanas operando em território nacional, o anúncio marca uma mudança na relação bilateral e reacende uma questão historicamente sensível: ***a infiltração do narcotráfico em estruturas políticas, partidos e agentes estatais.***

Ao longo das últimas duas décadas, diversos grupos políticos foram associados a financiamento ilícito, candidatos ligados a cartéis, operadores identificados pelos EUA ou figuras

[16] https://www.vistazo.com/politica/2026-07-23-noboa-mayor-cooperacion-colombia-peru-seguridad-fronteriza-energia-ND11126759

[17] https://www.infobae.com/america/agencias/2026/07/28/noboa-habla-en-lima-con-el-vicepresidente-electo-de-colombia-sobre-seguridad-y-comercio/

[18] https://www.eldiario.ec/ecuador/lo-que-podria-cambiar-entre-ecuador-y-peru-con-la-llegada-de-keiko-fujimori-29072026/

[19] https://lahora.gt/investigacion/investigacionlh/2026/05/29/acuerdo-con-ee-uu-pone-presion-sobre-la-narcopolitica-guatemalteca/

condenadas por tráfico de drogas[20]. A nova cooperação com Washington poderá aumentar a pressão internacional sobre essas redes políticas, especialmente em regiões fronteiriças onde interesses eleitorais, estruturas criminosas e controle territorial historicamente convergem. Arévalo confirmou que foi sua administração que solicitou o apoio do governo dos EUA para fortalecer o combate a esse fenômeno criminoso.

Haiti adia primeiro turno das eleições presidenciais para 13 de dezembro

As autoridades eleitorais haitianas anunciaram uma alteração no calendário eleitoral oficial, definindo como a data para o primeiro turno das eleições presidenciais o dia 13 de dezembro. O reagendamento também inclui as eleições legislativas e o referendo para ratificar as reformas constitucionais, processos inicialmente previstos para 30 de agosto.

O segundo turno das eleições presidenciais está marcado para 21 de fevereiro de 2027. A publicação dos resultados finais das eleições locais está prevista para 12 de março do mesmo ano, o que estende o período de transição institucional no país caribenho[21].

No México, o presidente Sheinbaum afirma que os EUA deveriam "*olhar para si mesmos*", após acusações da Casa Branca sobre cartéis de drogas

A presidenta do México[22] evitou entrar em confronto com o chefe de gabinete adjunto da Casa Branca, Stephen Miller[23], que afirmou que os sistemas político, judicial e jurídico mexicanos não funcionam porque os cartéis controlam o território, e pediu aos EUA que "*olhassem para si mesmos*" em relação à questão do uso de drogas.

Segundo Sheinbaum, afirmou que não "[...] vamos entrar em debate. Há boa coordenação, e você sabe que no México, o povo governa, ninguém mais governa, o povo governa. E nós somos um governo do povo. E lutamos e trabalhamos todos os dias pela segurança e pela paz em nosso país. E há resultados." E adicionou que "[...] não vou entrar em um debate específico com ele. Lembre-se de que haverá eleições em novembro nos Estados Unidos. Sempre dissemos que o México não deveria ser o elemento definidor de sua campanha, porque o foco deve ser os próprios Estados Unidos."

Nicarágua aprofunda isolamento regional

O governo de Daniel Ortega aprovou novas reformas constitucionais com o objetivo de estender o mandato presidencial e reduzir ainda mais a competição política.

---

[20] O partido União Nacional para a Mudança (UCN), hoje extinto, tornou-se o símbolo mais visível da infiltração do narcotráfico na política guatemalteca. O governo de Alejandro Giammattei também foi alvo de críticas por supostas ligações com chefões do narcotráfico. Além disso, durante sua administração, surgiram questionamentos sobre o uso do espaço aéreo guatemalteco para operações de tráfico de drogas e possíveis redes de proteção política.

[21] https://gazettehaiti.com/node/14092

[22] https://laopinion.com/2026/07/28/sheinbaum-insta-a-ee-uu-a-mirarse-a-si-mismo-tras-acusaciones-sobre-presunto-control-de-carteles-del-narcotrafico/

[23] O funcionário americano também comparou os cartéis mexicanos a grupos como o Estado Islâmico (ISIS) e a Al-Qaeda, observando que Washington os considera organizações terroristas estrangeiras. Ele afirmou ainda que essas organizações não apenas contrabandeiam narcóticos para os Estados Unidos, mas também buscam desestabilizar sua democracia e o Estado de Direito. https://www.metroworldnews.com/noticias/2026/07/28/casa-blanca-acusa-que-carteles-controlan-territorios-en-mexico-y-debilitan-sus-instituciones/

A iniciativa atraiu críticas dos Estados Unidos; preocupação de diversos governos latino-americanos; e debates dentro da OEA sobre uma resposta coletiva.

Até mesmo alguns governos tradicionalmente próximos ao sandinismo expressaram reservas, enquanto outros optaram por uma abordagem mais cautelosa.

Peña e o Rei Felipe VI reafirmam a aliança estratégica entre o Paraguai e a Espanha

Por ocasião da posse da nova presidente do Peru, Keiko Fujimori, o presidente da República do Paraguai, Santiago Peña, realizou um encontro bilateral com o Rei da Espanha, Felipe VI, para fortalecer as relações diplomáticas e a cooperação mútua com o reino espanhol em antecipação à próxima Cúpula Ibero-Americana[24].

Entre os temas prioritários discutidos estiveram a cooperação ambiental face às atuais emergências climáticas, a importância da transição energética e o papel dos investimentos espanhóis em projetos de energia solar no Paraguai. Além disso, os dois líderes abordaram o combate conjunto ao crime organizado[25].

Peña aproveitou sua participação na cerimônia peruana para manter uma agenda de reuniões bilaterais com Javier Milei, da Argentina; José Raúl Mulino, do Panamá; José Antonio Kast, do Chile; Nasry Asfura, de Honduras; e Rodrigo Paz, da Bolívia.

No Peru, após a posse de Keiko Fujimori como presidente, os Estados Unidos fortalecem os laços com o país

O novo governo de Keiko Fujimori busca fortalecer seus laços com os Estados Unidos. Um primeiro passo nessa direção seria a adesão do Peru ao ***Escudo das Américas*** *(Shield of the Americas)*, programa do governo Trump criado para coordenar esforços entre nações no combate a cartéis e organizações criminosas. Essa coalizão internacional de apoio militar e de segurança inclui países cujos líderes estão ideologicamente alinhados com o presidente americano: Javier Milei, presidente da Argentina; Nayib Bukele, presidente de El Salvador; e Rodrigo Paz, chefe de Estado da Bolívia, estão entre os que aderiram à iniciativa.

Apenas para lembrar que o ***Escudo das Américas***[26], também conhecido como Coalizão Anticartel das Américas, é uma aliança militar e política lançada pelo presidente dos EUA, Donald Trump, em março de 2026, durante uma cúpula na Flórida. Seu principal objetivo é coordenar os esforços militares e de segurança entre os países do Hemisfério Ocidental para combater organizações criminosas transnacionais, especialmente os cartéis de drogas, bem como para lidar com as ameaças do terrorismo e da migração irregular.

Fujimori já manifestou interesse em aderir à aliança internacional, afirmando que ela oferece "*múltiplas oportunidades para restaurar a paz e combater o crime organizado*".

---

[24] https://www.lanacion.com.py/politica/2026/07/28/pena-y-el-rey-felipe-vi-reafirman-la-alianza-estrategica-entre-paraguay-y-espana-en-lima/

[25] https://www.infobae.com/america/america-latina/2026/07/29/santiago-pena-se-reunio-con-felipe-vi-para-abordar-los-desafios-globales-y-la-cooperacion-de-cara-a-la-cumbre-iberoamericana/

[26] ALONSO, Juan Francisco (6 de marco de 2026) "*Que es el Escudo de las Americas, la iniciativa impulsada por Trump en la que nace la nueva coalición militar regional contra los carteles de la droga*". Publicado en BBC New Mundo. https://www.bbc.com/mundo/articles/cjrq9j55wnwo

O novo Ministro das Relações Exteriores do Peru, Carlos Espá, ex-candidato à presidência pelo partido "***SiCreo***", possui fortes laços com a diplomacia americana.

Espá já comentou sobre essa iniciativa em função dos problemas que o país enfrenta: "*A prioridade número um é a questão da insegurança cidadã. Queremos a cooperação de outros países para nos ajudar a combater extorsionários, organizações criminosas transnacionais, incluindo a questão do Escudo das Américas.*"

De outro lado, a relação entre o Peru e a China, que impulsionou investimentos significativos no país andino, deve passar por observância atenta chinesa dado o alinhamento aos Estados Unidos e a um ministro das Relações Exteriores que atenda aos interesses da Casa Branca[27].

Na Venezuela, a presidente interina Delcy Rodríguez se reúne com uma delegação dos EUA para avaliar a cooperação energética e a segurança em geral

A presidente interina Delcy Rodríguez reuniu-se com uma delegação de alto nível do governo dos Estados Unidos para discutir a resposta aos terremotos, a cooperação energética e a segurança bilateral. Durante as sessões de trabalho, ambas as delegações avaliaram os marcos de cooperação bilateral em matéria de segurança de fronteiras e de combate ao crime organizado transnacional. A delegação dos EUA incluiu os representantes Brian Mast, Randy Fine, Kat Cammack e Jonathan Jackson[28].

A América Latina militariza a segurança pública

Na América Latina, alguns países, como Argentina, Chile e Uruguai, restringiram ou proibiram explicitamente o uso das Forças Armadas na segurança interna, reservando essa função para a polícia[29]. Em outros casos, como Bolívia, Colômbia, Paraguai e Peru, as Forças Armadas podem intervir quando a capacidade policial for insuficiente ou em estados de emergência. A intervenção geralmente requer a declaração de estado de emergência; autorização presidencial; o estabelecimento de prazos; e o controle judicial ou parlamentar, de acordo com cada Constituição.

O cenário de aumento do crime organizado, da extorsão, do tráfico de drogas e dos assassinatos cometidos por pistoleiros levou ***muitos governos da América Latina a usarem as Forças Armadas para garantir a segurança em seus países***[30]. Esse papel, que aparentemente gera vantagens comparativas e um novo cenário de conflito para as forças armadas, também

---

[27] https://larepublica.pe/politica/2026/07/30/peru-estaria-a-un-paso-de-unirse-al-escudo-de-las-americas-eeuu-resalta-relacion-con-keiko-fujimori-hnews-2351880

[28] https://www.telesurtv.net/venezuela-delcy-rodriguez-reunion-delegacion-eeuu/

[29] Em ***Argentina*** é o exemplo mais claro. A Lei de Defesa Nacional nº 23.554, a Lei de Segurança Interna nº 24.059 e a Lei de Inteligência Nacional nº 25.520 estabelecem uma clara distinção entre defesa externa e segurança interna. As Forças Armadas só podem intervir excepcionalmente, sob condições legais específicas e com apoio logístico, exceto por modificações regulamentares posteriores que ampliaram parcialmente sua participação em áreas de fronteira. Em ***Uruguai*** se mantém um modelo semelhante, embora permita a participação militar na vigilância de fronteiras e o apoio à polícia em circunstâncias definidas por lei. ***Chile*** tradicionalmente, limitou o uso das Forças Armadas na segurança interna, embora desde 2019 alguns poderes tenham sido ampliados por meio de estados de exceção constitucional e destacamento militar em infraestruturas críticas ou na macrozona sul.

[30] https://elpais.com/america/2026-08-03/america-latina-deja-la-seguridad-publica-en-manos-de-los-militares.html

resultou em consequências indesejáveis. No Equador, no México e em El Salvador, o uso das forças armadas em funções de segurança interna, patrulhando as ruas, assumindo o controle de prisões, por exemplo, levou a uma acumulação de poder, violência e repetidas acusações de violações dos direitos humanos.

Não devemos esquecer os excessos cometidos pelas forças armadas em muitos países da região, com repressão, desaparecimentos e graves violações dos direitos humanos. Alguns exemplos merecem ser mencionados.

Em **Peru**, embora a Constituição peruana estabeleça que a segurança cidadã é responsabilidade primordial da Polícia Nacional do Peru (PNP). Contudo, nos últimos anos, e sobretudo desde a crise política iniciada em 2022, a declaração de estados de emergência tem se tornado mais frequente, possibilitando a intervenção das Forças Armadas para apoiar a manutenção da ordem interna. A utilização das forças armadas na segurança interna tem sido associada ao controle da criminalidade e à gestão penitenciária para funções para as quais não estão preparadas, aumentando os riscos de uso desproporcional da força e de novas violações dos direitos humanos[31].

Essa situação chamou a atenção de organizações de direitos humanos (como a Coordenação de Direitos Humanos e a Comissão da Verdade e Reconciliação). Organizações de direitos humanos apontaram para a lentidão das investigações; dificuldades em identificar responsabilidades individuais; responsabilização limitada dos comandantes envolvidos. Argumenta-se também que os estados de emergência permitem a restrição temporária de direitos como a liberdade de reunião, a liberdade de movimento e a inviolabilidade do domicílio.

O ***Equador***, como temos descrito nestes Cadernos, tem vivenciado uma deterioração significativa em sua segurança devido à expansão do narcotráfico internacional; ao fortalecimento de organizações criminosas como Los Choneros, Los Lobos e Los Tiguerones; ao aumento de homicídios, sequestros e extorsões; a motins e violência no sistema prisional; e à infiltração do crime organizado em instituições públicas.

Diante dessa situação, o governo de Daniel Noboa tem recorrido consistentemente às Forças Armadas para complementar a Polícia Nacional. O uso das Forças Armadas proporcionou mais pessoal; capacidade logística; inteligência militar; transporte terrestre, aéreo e marítimo; controle de fronteiras e áreas rurais, permitindo o desenvolvimento de operações simultâneas em diversas províncias.

As forças armadas participaram da retomada de prisões; do controle de portos estratégicos; da vigilância de passagens de fronteira; da destruição de laboratórios clandestinos; e do combate à mineração ilegal. A presença das forças armadas limitou temporariamente as atividades de grupos criminosos em algumas áreas. Embora o emprego de militares tenha levado a uma redução nos homicídios e na criminalidade, surgiram relatos significativos de abusos e violações dos direitos humanos[3233].

---

[31] https://www.stereo-romance.com/internacionales/america-latina-militarizacion-seguridad-publica-derechos-humanos.html

[32] A Procuradoria-Geral do Equador abriu investigações sobre o possível desaparecimento forçado de 43 pessoas pelas mãos dos militares.

[33] https://spcommreports.ohchr.org/TMResultsBase/DownLoadPublicCommunicationFile?gId=30708&utm_source

Diversas organizações nacionais e internacionais de direitos humanos alertaram que as Forças Armadas não são treinadas primordialmente para funções policiais. Seu uso gera riscos relacionados ao uso excessivo da força; detenções arbitrárias; desaparecimentos forçados; maus-tratos durante operações; e o impacto sobre comunidades vulneráveis. A militarização permanente é uma grande preocupação, pois pode levar à transformação de medidas excepcionais em políticas permanentes[34].

O uso das Forças Armadas enfraquece o papel da Polícia Nacional; expande excessivamente os poderes militares; e reduz o controle civil sobre a segurança pública. Uma das principais preocupações é a falta de supervisão e responsabilização, com muitos desafios na investigação de denúncias contra militares; na garantia da transparência nas operações; e na responsabilização quando ocorrem abusos.

No **México,** desde a época do presidente Felipe Calderón Hinojosa, os militares têm participado de funções de segurança interna em todo o território mexicano, uma prática que continuou durante os governos de López Obrador e Sheibaum e que gerou inúmeros relatos de violações dos direitos humanos[35]. A criação da Guarda Nacional levou à institucionalização do papel dos militares na segurança pública e até mesmo lhes conferiu o controle da alfândega.

Human Rights Watch (2025), no seu World Report 2025: México[36] analisa o papel crescente das Forças Armadas na segurança pública e documenta alegações de tortura, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e execuções extrajudiciais, bem como os obstáculos à investigação desses atos.

Em resumo, podemos destacar uma tendência crescente de utilização das forças armadas em funções relacionadas à segurança interna na região. Isso reflete a busca por respostas imediatas a crises de segurança graves, mas também representa desafios significativos para o Estado de Direito. O principal desafio reside em equilibrar o combate ao crime com o respeito aos direitos humanos, evitando que medidas excepcionais se tornem mecanismos permanentes de gestão da segurança pública.

O uso das forças armadas na segurança interna pode ser uma solução rápida, eficiente e eficaz para o aumento do crime organizado, do tráfico de drogas e da violência, mas pode gerar maior dependência do Estado e enfraquecer as instituições democráticas.

---

[34] https://acnudh.org/wp-content/uploads/2025/07/Presentacion-Jan-Jarab-Audiencia-CIDH-Ecuador-militarizacion-de-la-seguridad-publica-y-desapariciones-forzadas.pdf

[35] Embora o Morena tenha promovido a ideia de retirar os militares das ruas e de suas funções de segurança interna durante sua campanha política, essa situação persiste, e os relatos de violações de direitos humanos por parte dos cidadãos continuam.

[36] https://www.hrw.org/es/world-report/2025/country-chapters/mexico?utm

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre hantavirus, El Niño, no Parlamento Andino[37,38,39]

O ORAS-Conhu convocou a "Reunião Técnica Sub-regional sobre Hantavirus: vigilância, laboratório e controle de riscos associados à exposição em zonas endémicas" para analisar a situação epidemiológica atual e harmonizar os mecanismos de prevenção e resposta regional frente à circulação persistente do vírus. Durante a sessão, o secretário executivo, Fernando Dattolo, reforçou a necessidade de ações colaborativas para "fortalecer a vigilância integrada, identificar brechas e combinar ações prioritárias para a preparação e resposta regional."

Além disso, confirmou o papel do Oras-Conhu em "acompanhar os países na articulação técnica, no intercâmbio oportuno de informações e na construção de capacidades que fortaleçam a segurança sanitária regional". O evento também contou com a participação de autoridades argentinas, chilenas e estadunidenses. Como resultado das discussões, autoridades e especialistas indicaram a necessidade de avançar na vigilância integrada, levando em consideração a abordagem de Uma Só Saúde, dada a proximidade do fenómeno El Niño, que poderá agravar a circulação de doenças zoonóticas, respiratórias, diarreicas agudas e transmitidas por vetores e roedores.

Em colaboração com o Centro Internacional para Pesquisa sobre o fenômeno El Niño (CIIFEN), o ORAS-Conhu convocou a Reunião Técnica Regional sobre o fenômeno El Niño 2026 que contou com autoridades e especialistas. Na abertura, a secretária adjunta do Organismo lembrou que na Declaração de Lima de 2026 as Ministras e Ministros de Saúde da Área Andina sinalizaram a necessidade de fortalecer a resiliência climática dos sistemas sanitários, preparar as equipes de resposta rápida e consolidar de maneira definitiva os sistemas de alerta precoce.

Os principais riscos identificados para a saúde pública regional foram:

- Efeitos socioambientais afetarão as capacidades operativas dos serviços de saúde e colocarão em risco a vida dos mais vulneráveis;
- Incremento alarmante de doenças transmitidas por vetores;
- Surto de doenças diarreicas agudas e transmitidas por água;
- Insegurança alimentar e desnutrição;
- Impacto por ondas de calor e condições respiratórias;
- Impacto na infraestrutura sanitária.

Como diretrizes e recomendações, o ORAS-Conhu e o CIIFEN apresentaram os seguintes pontos:

- Para instituições e ministérios de saúde: respostas sanitárias devem ser planejadas com prognósticos e efeitos locais esperados, garantindo a manutenção dos serviços essenciais.

---

37 https://orasconhu.org/es/mas-de-80-especialistas-de-la-region-se-reunen-para-fortalecer-la-respuesta-ante-el-hantavirus-en

38 https://orasconhu.org/es/mas-de-200-tecnicos-de-la-region-andina-se-reunen-ante-un-posible-fenomeno-de-el-nino-de-moderado

39 https://orasconhu.org/es/parlamento-andino-y-oras-conhu-unen-fuerzas-por-la-salud-en-la-region-andina

- Para os governos locais e comunitários: intensificar a limpeza preventiva de drenagens e canais para mitigar o impacto de transbordamentos fluviais
- Para a população em geral: observar água segura, utilizar proteção pessoal, seguir canais oficiais

O secretário executivo, Fernando Araos, e a secretária adjunta, Javiera Menay, participaram de uma reunião de trabalho com autoridades parlamentares do Parlamento Andino com o objetivo de fortalecer a articulação entre ambas as instituições e impulsionar uma agenda conjunta. Durante o encontro, Araos apresentou as ações do Organismo sob o marco da Declaração de Lima 2026, entre elas, as prioridades são a negociação conjunta de preços de medicamentos, o laboratório andino de inovação em saúde, o Observatório Andino de Saúde e Investimento e o Plano de Mudança Climática 2026-2030. Por fim, as autoridades reafirmaram a necessidade de articular as agendas de todos os membros da Área Andina.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participou em eventos de articulação indígenas e enfrentamento do fogo na área amazônica[40][41]

A OTCA em conjunto com organizações indígenas amazônicas, instituições do Estado equatoriano participou do Encontro Nacional do Equador do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI) e Articulação Territorial para a Governança Amazônica. O objetivo do evento foi elaborar proposta nacional do Equador para o fortalecimento do MAPI e para a construção de uma governança amazônica mais participativa e intercultural.

A agenda do primeiro dia do evento foi elaborada para discutir os avanços do MAPI, a estrutura de funcionamento, os princípios que orientam a implementação e o Plano de Trabalho 2026-2027. Os participantes analisaram materiais para uma proposta de regulamento do futuro Fórum dos Povos Indígenas, comunidades locais e tradicionais. Um dos principais consensos alcançados foi a necessidade de fortalecer a articulação nacional entre as organizações indígenas amazônicas e instituições públicas, garantindo uma participação efetiva no MAPI e uma representação que reflita a diversidade territorial e cultural do país.

No segundo dia do primeiro dia do evento foi dedicado à coleta de propostas para o futuro Fórum dos Povos Indígenas, comunidades locais e tradicionais, com o objetivo de contribuir com seus conhecimentos tradicionais e ancestrais, dados e informações técnicas e científicas interculturais para o desenvolvimento de tecnologias adequadas à preservação e à sustentabilidade da Amazônia no âmbito da gestão e da formulação de políticas públicas.

Além disso, a sede da OTCA foi palco para o lançamento da segunda edição do Relatório Anual do Fogo no Brasil com a participação de instituições governamentais, corpo de bombeiros e organizações que atuam no monitoramento e manejo integrado do fogo. O Brasil apresentou resultados positivos, sendo que registrou em 2025 a menor área queimada desde o início da série histórica do MapBiomas Fogo.

A diretora executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, reforçou em sua intervenção a importância da articulação entre os países membros da organização com o objetivo de promover

[40] https://otca.org/pt/menor-area-queimada-amazonia-brasileira-2/
[41] https://otca.org/pt/equador-fortalece-a-articulacao-nacional-do-mapi-com-encontro-entre-governo-e-povos-indigenas-na-amazonia/

melhores condições de vida para as populações. Além disso, Grazziotin destacou a criação da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF) e o avanço na construção de um entendimento operativo para apoiar respostas coordenadas dos países diante de eventos extremos. O coordenador técnico do Observatório Regional Amazônico (ORA), Gonzalo Llosa, sinalizou a importância de integrar séries nacionais e regionais para fortalecer os sistemas de alerta e apoiar respostas coordenadas.